



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Projeto de Lei nº 1.952, de 2007

(Poder Executivo)

Institui o regime disciplinar do Departamento de Polícia Federal e da Polícia Civil do Distrito Federal, revoga dispositivos da Lei nº 4.878, de 3 de dezembro de 1965, e dá outras providências.

Emenda nº ____/2018

Art. 1º Modifica-se os arts. 5º, 6º, 7º da seção III e art. 16 caput e §1º, do projeto de lei nº 1.952, de 2007, passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 5º São transgressões disciplinares do servidor policial, puníveis com advertência:

I - deixar de dar provimento com presteza a processo ou expedientes que lhe for encaminhado;

II - dificultar ou deixar de levar ao conhecimento de autoridade competente, por via hierárquica, com brevidade, representação, petição, recurso ou documento que houver recebido, se não estiver na sua alçada resolvê-lo;

III - desobedecer ou descumprir dever;

IV - chegar atrasado ao serviço ou dele sair antecipadamente, sem autorização da autoridade a que estiver subordinado, salvo por motivo justo;

V - lançar, em livro oficial de registro, anotação, denúncia, reivindicação ou qualquer outra matéria estranha à finalidade dele;

VI - deixar de tratar com urbanidade as pessoas;

VII- referir-se de modo depreciativo a autoridade e a ato da administração pública, qualquer que seja o meio empregado para esse fim;

VIII- permutar o serviço sem expressa permissão da autoridade competente;

IX - faltar ao serviço ou deixar de participar, com antecedência, à autoridade a que estiver subordinado, a impossibilidade de comparecer à repartição, salvo por motivo justo;



CÂMARA DOS DEPUTADOS

X - deixar de se apresentar, sem motivo justo, ao fim de licença, férias ou dispensa de serviço, ou depois de saber que qualquer delas foi interrompida por ordem superior;

XI - deixar de atualizar, regularmente, dados cadastrais, inclusive aqueles que possam levar à sua imediata localização; e

XII - dirigir-se ou referir-se a superior hierárquico de modo desrespeitoso.

Art. 6º São transgressões disciplinares puníveis com suspensão:

I - de três a sete dias:

- a) promover manifestação contra ato da administração ou ensejar movimento de apreço ou manifestação de despreço relacionado a qualquer autoridade;
- b) freqüentar, sem razão de serviço, lugar incompatível com o decoro da função policial;
- c) proceder de forma desidiosa, ocasionalmente;
- d) atribuir-se a qualidade de representante de qualquer repartição do órgão a que pertença ou de seus dirigentes, sem estar expressamente autorizado;
- e) deixar de comunicar, imediatamente, à autoridade competente, falta, irregularidade ou informação sobre iminente perturbação da ordem pública, que haja presenciado ou de que tenha conhecimento; e
- f) deixar de cumprir ou de fazer cumprir lei, regulamento ou ato normativo, na esfera de suas atribuições.

II - de seis a dez dias:

- a) negligenciar na guarda de objeto pertencente à repartição e que, em decorrência da função ou para o seu exercício, lhe tenha sido confiado, possibilitando sua danificação ou extravio;
- b) retirar, sem prévia autorização da autoridade competente, qualquer documento da repartição;
- c) faltar com a verdade no exercício de suas funções, por malícia ou má-fé;
- d) trabalhar mal, por negligência;



- e) negligenciar ou descumprir a execução de qualquer ordem legítima;
- f) simular doença para esquivar-se ao cumprimento de obrigação; e
- g) submeter pessoa sob a sua guarda ou custódia a vexame ou constrangimento.

III - de dez a dezesseis dias:

- a) deixar de concluir, no prazo legal, sem motivo justo, inquérito policial ou processo disciplinar, ou como presidente ou membro de comissão negligenciar no cumprimento de obrigação que lhe seja inerente; e
- b) praticar ato que importe em escândalo ou que concorra para comprometer a função policial;
- c) apresentar maliciosamente comprovado, parte ou representação;
- d) solicitar que terceiros influenciem na resolução de questões pessoais e profissionais junto ao órgão a que estiver vinculado;
- e) levar ao conhecimento de outro órgão assunto relacionado com a sua atividade sem antes submetê-lo aos seus superiores;
- f) trabalhar mal, intencionalmente;
- g) utilizar-se do anonimato para qualquer fim; e
- h) expor indevidamente a imagem ou macular a honra de pessoa que esteja sob sua custódia ou investigação.

IV - de dez a vinte dias:

- a) manifestar-se, sem estar autorizado, sobre investigação ou inquérito que esteja sob a sua responsabilidade ou que dela participe ou tenha conhecimento;
- b) concorrer para não ser cumprida qualquer ordem de autoridade competente, ou para que seja retardada a sua execução;
- c) abandonar o serviço para o qual tenha sido designado;
- d) fazer uso indevido da arma que lhe haja sido confiada para o serviço, ou outras da repartição;
- e) desrespeitar ou procrastinar o cumprimento de decisão ou ordem judicial;



CÂMARA DOS DEPUTADOS

- f) expor servidor sob sua subordinação a situação humilhante ou constrangedora;
- g) cometer a pessoa estranha à repartição, fora dos casos previstos em lei, o desempenho de atribuição própria ou de subordinado; e
- h) atentar, com abuso de autoridade ou prevalecendo-se dela, contra a inviolabilidade de domicílio.

V - de vinte a trinta dias:

- a) deixar de comunicar imediatamente ao juiz competente e à defensoria pública, nos casos previstos em lei, a prisão em flagrante de qualquer pessoa;
- b) dar causa ou concorrer para a ocorrência de prescrição da pretensão punitiva ou executória em procedimento administrativo disciplinar;
- c) atuar como procurador ou intermediário junto a repartições públicas, salvo para tratar de percepção de vencimentos, vantagens, proventos e benefícios previdenciários ou assistenciais de cônjuge, companheiro ou parente até o segundo grau;
- d) usar indevidamente a identificação funcional, em benefício próprio ou de terceiro;
- e) disparar arma de fogo ou acionar munição, colocando em risco a integridade física ou a vida de terceiros;
- f) divulgar, por meio da imprensa escrita, falada ou televisionada, ou na rede mundial de computadores, fato ocorrido na repartição ou propiciar-lhe a divulgação;
- g) publicar, sem ordem expressa da autoridade competente, documento oficial ou ensejar a divulgação de seu conteúdo, no todo ou em parte, exceto no que se refere a informações públicas;
- h) manter sob sua chefia imediata, em cargo ou função de confiança, cônjuge, companheiro ou parente até o segundo grau;
- i) indispor servidores contra os seus superiores hierárquicos ou provocar, velada ou ostensivamente, animosidade entre aqueles; e



- j) praticar, em serviço ou fora dele, ato lesivo à imagem da instituição ou da função policial.

VI - de trinta a quarenta dias:

- a) impedir ou tornar impraticável, por qualquer meio, na fase do inquérito policial e durante o interrogatório do indiciado a presença de advogado;
- b) ordenar ou executar medida privativa da liberdade individual, sem as formalidades legais ou com abuso de poder;
- c) permitir ou concorrer para que preso tenha acesso a aparelho telefônico, de rádio ou similar, que permita a comunicação com outro preso ou com o ambiente externo;
- d) permitir ou concorrer para que preso conserve em seu poder instrumento com o qual possa causar dano nas dependências a que esteja recolhido ou produzir lesão em terceiro;
- e) causar ofensa física em serviço a servidor ou particular, salvo em legítima defesa própria ou de outrem;
- f) insubordinar-se de forma grave, em serviço; e
- g) dar causa, intencionalmente, ao extravio ou danificação de objeto pertencente à repartição e que, em decorrência da função ou para o seu exercício, esteja confiado à sua guarda;
- h) indicar ou insinuar nome de advogado para atuar em procedimento administrativo ou inquérito policial em trâmite no órgão a que pertença o servidor; e
- i) levar à prisão e nela conservar pessoa que se proponha a prestar fiança permitida em lei;

Art. 7º São transgressões disciplinares do servidor policial, puníveis com demissão:

I - exercer o comércio ou participar de gerência ou administração de sociedade privada, personificada ou não, salvo como acionista, cotista, comanditário ou cooperado;

II - proceder de forma desidiosa, reiteradamente;



- III - embriagar-se habitualmente ou fazer uso de drogas ilícitas, exceto em caso de patologia comprovada por junta médica oficial;
- IV - acumular cargos, empregos e funções públicos, salvo nas hipóteses previstas na Constituição;
- V - prevalecer-se da condição de servidor policial visando obter proveito para si ou para outrem;
- VI - prestar serviço de segurança ou assessoramento a particular, valendo-se da condição de policial;
- VII - exercer, a qualquer título, atividade estranha ao seu cargo, profissional ou liberal, salvo aquelas previstas na Constituição e desde que devidamente autorizada, atendida a compatibilidade de horário e não prejudique a atividade policial;
- VIII - submeter alguém, com emprego de violência ou grave ameaça, a sofrimento físico ou mental;
- IV - cobrar carceragem, custas, emolumentos ou qualquer outro valor que não tenha previsão legal;
- X - faltar injustificadamente ao serviço pelo período de trinta dias consecutivos ou quarenta e cinco dias intercalados, no período de doze meses;
- XI - valer-se do cargo com o fim, ostensivo ou velado, de prejudicar alguém ou de obter proveito de natureza pessoal ou político-partidária, para si ou terceiro;
- XII - receber gratificação, comissão, presente ou auferir vantagem e proveito pessoal de qualquer espécie e sob qualquer pretexto, em razão das atribuições que exerce;
- XIII - praticar ato de improbidade administrativa, assim considerada qualquer ação ou omissão contra os princípios que regem a administração pública ou que acarrete perda, desvio, apropriação, malbaratamento ou dilapidação do patrimônio público;
- XIV - aplicar irregularmente verba pública;
- XV - omitir intencionalmente bens e valores, em declaração apresentada à repartição ou ao órgão a que esteja vinculado.

.....
.....



Art. 16. A penalidade de suspensão, que não excederá a quarenta dias, implica o afastamento do exercício do cargo e a perda da remuneração equivalente aos dias de cumprimento, durante o qual não haverá contagem de tempo de serviço.

§ 1º No cálculo da progressão funcional, cada dia de suspensão aplicada acarretará a perda de dois dias.”(NR)

.....

Sala das sessões, de 2018.

JUSTIFICATIVA

O objetivo da presente emenda é readequar as transgressões e sanções de acordo com a gravidade do fato, sem ferir o que estabelece a constituição federal.

A imposição de pena a certos comportamentos humanos destina-se a proteger bens e interesses, considerados de grande valor para as relações sociais e a importância de sua aplicação remonta à antiguidade.

As penas têm evoluído através dos tempos, procurando atingir suas finalidades. Assim, qualquer punição objetiva a intimidação que se supõe alcançar, para que punido não volte a transgredir ou, como alguns defendem a justa retribuição. Por conseguinte, visa conscientizar o punido do seu erro e os prejuízos advindos de sua falta e também desestimular a prática destes atos, pela aplicação



CÂMARA DOS DEPUTADOS

exemplar da punição, porém a desproporcionalidade da reação estatal deve ser mensurada e combatida.

A Carta Magna coordena, através de seus princípios e normas, todos os ramos do direito, no entanto, encontra-se mais influência no Direito Criminal, haja vista, ser uma interferência substancial do Estado na vida do Ser Humano.

Entre os princípios, destacamos o princípio da razoabilidade e proporcionalidade, este princípio não está previsto constitucionalmente, mas se faz extremamente necessário, uma vez que tem intima relação ao *quantum valorum* determinará da sanção do penalizado.

Este princípio tem como principal escopo dar uma pena justa ao infrator mediante a ofensa causada por ele ao ofendido em particular, dando-lhe a pena cabível proporcional/razoável.

Diante do exposto e apoiado no princípio acima descrito é que apresentamos a presente emenda, com intuito de sanar os exageros que se encontravam no texto original, que esperamos ser acolhida por essa relatoria.

Sala das Sessões, de de 2018.

ALBERTO FRAGA
Deputado Federal
DEM/DF